

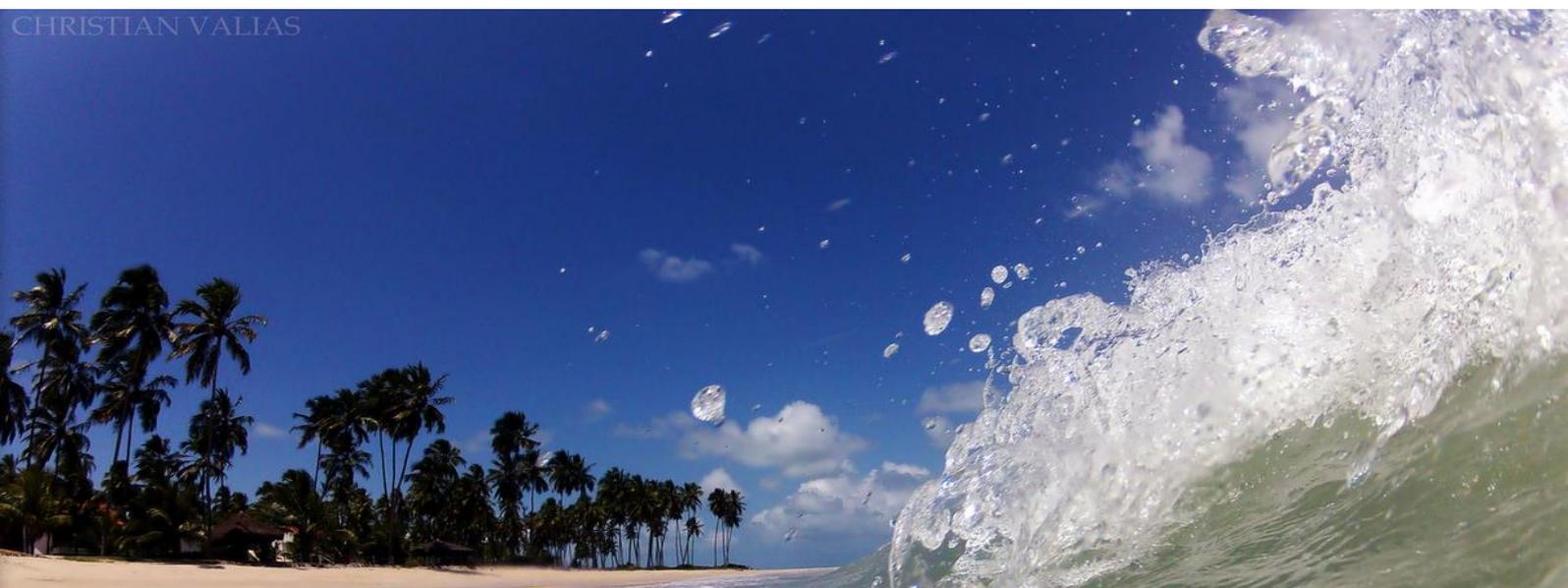


Painel Brasileiro para o Futuro do Oceano

PainelMar

Documento Base

CHRISTIAN VALIAS



UICN, União Internacional para a Conservação da Natureza

Resumo executivo

Este é o **Documento Base** do Painel Brasileiro para o Futuro do Oceano - **PainelMar**¹, uma articulação com a missão de “*Atuar como plataforma colaborativa multisetorial de indivíduos e organizações na interface do conhecimento e tomadas de decisão, visando a qualificação de políticas para o uso sustentável e saúde dos oceanos*” – iluminando com o melhor do conhecimento, as políticas públicas para a região costeira e o mar Brasileiro. Este documento vem sendo elaborado progressivamente por 52 colaboradores brasileiros e internacionais convidados, desde os eventos preparatórios para a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Reunimos aqui a situação-problema, bem como o conceito e estratégia para a implantação e operação do PainelMar.

Agosto de 2015.

¹ **Secretaria Executiva:**

PhD., Luiz Fernando Merico – Coordenador Nacional da UICN no Brasil
Msc., Miguel Moraes – Oficial de Projetos da UICN no Brasil
Bsc., Carolina Del Lama Marques – Assistente de Projetos da UICN no Brasil
PhD., Leopoldo Cavaleri Gerhardinger – Universidade da Região de Joinville
Msc., Leandra Gonçalves (Doutoranda) - Universidade de São Paulo
PhD., Daniele Vila Nova – Universidade Federal de Goiás

Co-autores²

- Adalberto Eberhard (Ministério do Meio Ambiente)
- Alberto Campos (Presidente da Aquasis)
- Alexandre Turra (Instituto Oceanográfico, USP)
- Ana Paula Leite Prates (Ministério do Meio Ambiente)
- Annelise Lemes (União Internacional para a Conservação da Natureza, UICN, Brasil)
- Antônio Queiroz (Oceana)
- Ariel Scheffer da Silva (Fundação Grupo Boticário; Instituto MarBrasil)
- Beatriz Mesquita (Fundação Joaquim Nabuco)
- Beatrice Padovani (Universidade Federal de Pernambuco)
- Camila Domit (Centro de Estudos do Mar - Universidade Federal do Paraná)
- Carina Oliveira (Universidade Nacional de Brasília – Faculdade de Direito)
- Carlos Eduardo Rezende (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro)
- Carolina Del Lama Marques (União Internacional para a Conservação da Natureza, UICN, Brasil)
- Cristiana Simão Seixas (Universidade de Campinas, Brasil)
- Daniela Santana Santos (Reos Partners)
- Daniele Vila Nova (Universidade Federal de Goiás)
- Dannieli Firme Herbst (Universidade Federal de Santa Catarina)
- Darlene Trew Crist (Bigelow Laboratory for Ocean Sciences, Communications Office)
- Elaine Coelho (Ministério do Meio Ambiente, Dpto. de Zoneamento Territorial)
- Fabiano Grecco de Carvalho (Universidade da Região de Joinville/Univille)
- Fabio dos Santos Motta (UNIFESP – DCMar)
- Fernanda Terra Stori (Instituto Oceanográfico – Universidade de São Paulo)
- Francisco Neto (Comissão de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Marinhas – CONFREM)
- Frederico Antonio Saraiva Nogueira (Diretoria de Hidrografia e Navegação – Marinha do Brasil)
- Georgia Pessoa (RARE Brasil, Diretor)
- Guilherme Dutra (Conservação Internacional - Brasil, Programa Marinho)

² Responsabilidades dos co-autores

Colaboram dentro de suas capacidades e experiência individual para mobilizar o suporte e influência de suas organizações e redes de conhecimento associadas na fase de implantação do PainelMar. Assim, a afiliação institucional está listada apenas com o propósito de identificação.

- Helenice Vital (Universidade Federal do Ceará)
- Kátia Kuroshima (Universidade do Vale do Itajaí)³
- Karl Stattegger (Kiel University, Germany)
- Leandra Gonçalves (Universidade de São Paulo)
- Leopoldo Cavaleri Gerhardinger (Universidade da Região de Joinville/Univille)
- Leide Takahashi (Fundação Grupo Boticário)
- Luiz Fernando Merico (União Internacional para a Conservação da Natureza, UICN, Brasil)
- Luis Henrique de Lima (UNESCO Brasil)
- Luiz Ernesto Trein (IBAMA)
- Marcia Oliveira (Ministério do Meio Ambiente, Dpto. de Zoneamento Territorial)
- Marcos Rosa (Instituto Linha D'Água)
- Marion Glaser (Leibniz Center for Tropical Marine Ecology, Bremen, Germany)
- Martin Visbeck (The Future Ocean - Cluster of Excellence, Kiel)
- Marius Muller (Instituto Oceanográfico – USP)
- Marcus Polette (Universidade do Vale do Itajaí)
- Marta Cremer (Universidade da Região de Joinville/Univille)
- Mauro Figueiredo (APRENDER Entidade Ecológica, Presidente)
- Miguel de Moraes (União Internacional para a Conservação da Natureza, UICN, Brasil)
- Milton Asmus (Fundação Universidade Rio Grande)
- Mônica Brick Peres (OCEANA, Vice Presidente - Brasil)
- Peter Fox (Rensselaer Polytechnic Institute, Troy, New York, United States of America)
- Philipp Gorris (University of Osnabruck, Germany)
- René Scharer (International Collective in Support of Fishworkers)
- Rodrigo Leão de Moura (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
- Ronaldo Christofolletti (UNIFESP)
- Ruben Zondervan (Earth System Governance, Executive Director)
- Tharaka Sriram (Mannheim, Germany)

³ Responsabilidade da Secretaria Executiva

O PainelMar inicia a operação a partir de uma estrutura que conta com uma Secretaria Executiva e a Plenária de membros (indivíduos, organizações e redes), como primeiro formato de consolidação da plataforma. Neste interim, o mandato da Secretaria Executiva inclui a consolidação da plataforma, a formalização de seu acordo constitutivo e a elaboração de um planejamento estratégico.

1- Missão Fundamental e Objetivos do PainelMar:

Atuar como plataforma colaborativa multisetorial de indivíduos e organizações na interface do conhecimento e tomadas de decisão, visando a qualificação de políticas para o uso sustentável e saúde dos oceanos

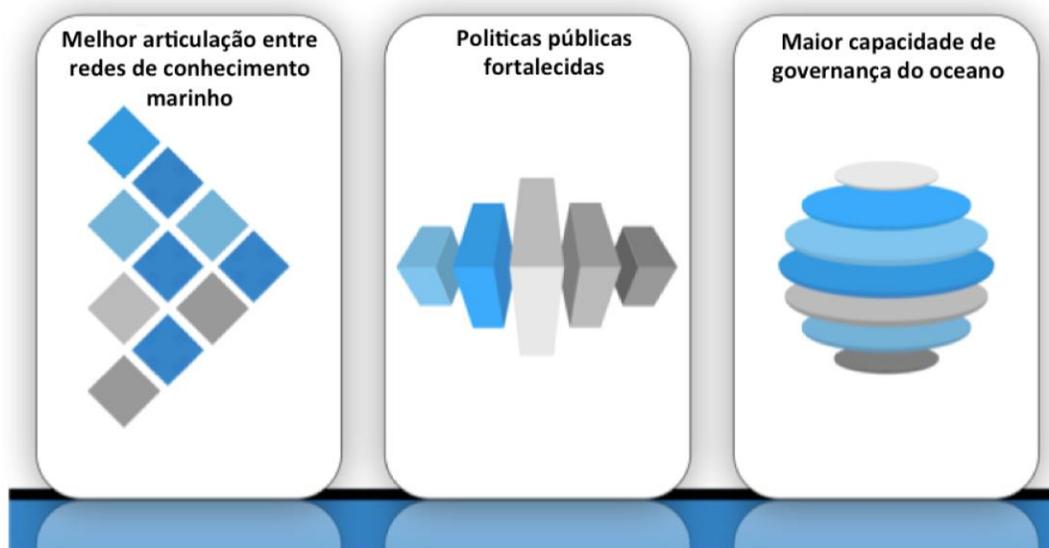


Figura 2. Representação esquemática dos três componentes fundamentais da proposta do PainelMar.

OBJETIVOS:

1. Propiciar conexões entre as redes de conhecimento.
2. Construir estratégias de mobilização e ação conjunta dos diferentes setores da sociedade.
3. Sistematizar o conhecimento disponível e disseminá-lo de forma acessível.
4. Desenvolver e agregar capacidades dos diferentes setores da sociedade (sociedade civil, governos, setor privado, academia, etc) que promovam o engajamento em diálogos de saberes e interesses.
5. Facilitar a comunicação entre múltiplos atores.
6. Contribuir para o fortalecimento da atuação brasileira no cenário internacional da governança dos oceanos.
7. Discutir e propor metas e estratégias para a governança costeira e marinha.
8. Desenvolver, transferir e disseminar tecnologias marinhas inovadoras.

2 - Introdução

O PainelMar está sendo constituído como uma nova plataforma colaborativa de natureza mista (academia, sociedade civil e entidades governamentais), voltada para a articulação de redes de conhecimento costeiro-marinhas.

Esta plataforma colaborativa surge como uma resposta à crescente onda de mudanças que afetam os ecossistemas costeiros e marinhos. A velocidade das mudanças socioambientais das últimas décadas inauguram uma nova era: o “Antropoceno”⁴. Esta fase recente na trajetória do planeta nos coloca grandes desafios para a governança do oceano, em um momento histórico em que a espécie humana não é mais um mero espectador que precisa se adaptar ao ambiente natural – já que a própria humanidade se tornou um agente poderoso na evolução do sistema terrestre⁵.

No Brasil, estes desafios estão bastante evidentes, e requerem urgência na abordagem dos riscos planetários associados com a exploração do gás e óleo de profundidade, o desenvolvimento costeiro desordenado (obras costeiras, urbanização, turismo e aquicultura), a poluição e degradação ambiental, a depleção sequencial de estoques pesqueiros, a perda progressiva de biodiversidade e de seu habitat e com a simplificação dos processos ecológicos que sustentam a vida marinha e recursos pesqueiros. Estas são questões complexas que requerem processos de governança em múltiplas escalas e níveis e a qualificação dos processos decisórios, aplicando o conhecimento disponível para a orientação e priorização de ações.

Neste contexto, o PainelMar emerge para empoderar e conectar atores e instituições científicas, gestores e representantes da sociedade civil que buscam legitimidade e representação na interface entre a ciência marinha e as políticas públicas. Esta articulação poderá facilitar a formulação e implementação de políticas públicas e de acordos de colaboração formais nos âmbitos regional, nacional e internacional para o acesso e gestão do conhecimento sobre o oceano.

A construção da proposta do PainelMar teve início durante a fase preparatória⁶ de eventos paralelos da Rio+20 e Cúpula dos Povos (2012) ligados ao tema oceano⁷. Na última década, percebemos no Brasil a rápida proliferação e consolidação de novas redes de

⁴ Steffen, W.; Broadgate, W.; Deutsch, L.; Gaffney, O.; Ludwig, C. (2015) The Trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. The Anthropocene Review.

⁵ Biermann, F. (2014) The Anthropocene: A Governance Perspective. The Anthropocene Review 1(1): 57–61.

⁶ Planeta sobre Pressão (Londres); Diálogo para o Desenvolvimento Sustentável (oceano); Ouvidoria do Mar; Diálogo para o Futuro Oceano.

⁷ Rodrigues, R.; Gerhardinger, L.C.; Chamy, P.; Seixas, C.S. (2015). Governança dos oceanos na Rio+20: o debate sobre áreas marinhas protegidas na perspectiva da gestão compartilhada. In: Governança Ambiental no Brasil: Entre o Socioambientalismo e a Economia Verde (Eds: de Castro, F.; Futemma, C.). Campinas.

conhecimento marítimo em nível nacional (e.g., monitoramento da pesca artesanal, do lixo marinho, etc). Entretanto, percebe-se também que este enorme potencial de conhecimento muitas vezes não está disponível para acesso público, em linguagem simples e principalmente não encontra-se integrado aos processos de planejamento marítimo. Assim, o fortalecimento e coordenação transversal destas redes existentes são necessários para promover uma melhor governança do oceano e seus recursos, reconhecidos como patrimônio da humanidade. Esta situação requer, portanto, novas estruturas e arranjos sociopolíticos capazes de preencher as lacunas que existem na interface entre a ciência e as políticas públicas.

Diante destas questões, um grupo de 52 co-autores nacionais e internacionais, com o apoio do escritório brasileiro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), propõem o PainelMar como um espaço articulador de redes de conhecimento, de organizações e de indivíduos comprometidos com a sustentabilidade dos oceanos e suas regiões costeiras. O PainelMar busca operar a partir da identificação de problemas, engajamento de atores e criação/desenvolvimento de capacidades, para a promoção de uma maior coerência e coordenação de ações no estabelecimento de estratégias, metas e agendas para a sustentabilidade dos oceanos.

Os desafios contemporâneos de governança do oceano requerem diagnóstico rápido e compreensivo dos problemas e oportunidades, com esforços subsequentes voltados à mobilização dos detentores do conhecimento para embasar soluções preventivas ou remediais. Um conjunto extraordinário de dados está disponível sobre o Oceano em domínio público ou privado⁸ e, portanto, também oferece oportunidades para a utilização de tecnologias interativas de gestão do conhecimento, suporte à análises integradas, visualização, aprendizagem e tomada de decisão.

Em síntese, espera-se que o PainelMar contribua para integrar agendas de ciência e política pública marítima.

⁸ Ver 'Assessment of Assessments' <http://www.unga-regular-process.org>

3 - Redes de Conhecimento Marinho no Brasil

Em termos gerais, entende-se por *rede de conhecimento*⁹ a combinação de pessoas ou organizações geograficamente separadas, que compartilham tecnologias para criar valor (novo conhecimento) e fortalecer a capacidade mútua de pesquisa e comunicação. Elas estruturam a informação disponível para viabilizar a resolução de problemas e a busca por oportunidades sociais e ecológicas – dividindo a paixão por aquilo que fazem e buscando o aprendizado para fazer melhor. Em ambientes governamentais, algumas redes reivindicam autoridade sobre o conhecimento mais apropriado para o fortalecimento de políticas públicas (dentro do seu domínio de experiência e competência), assegurando a aderência às causas de fenômenos sociais ou ecológicos. Estas redes são importantes para condensar e articular conhecimentos de interesse do Estado e seus servidores públicos. São responsáveis, portanto, pela disseminação de pressupostos normativos, princípios e regras que devem conduzir as ações do poder público.

Durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), o progresso histórico que ocorreu nas políticas públicas para o oceano foram intensamente avaliadas^{10,11,12,13}. A comunidade nacional e internacional reconheceu a necessidade de concentrar esforços para aprimorar a governança, construir capacidades e abordar questões novas e emergentes como: o efeito e impacto das mudanças climáticas sobre o oceano e zonas costeiras; o manejo de áreas além das fronteiras de jurisdição nacional (alto-mar); a expansão e intensificação dos usos humanos do mar e a necessidade subjacente de prezar e garantir a saúde do oceano.

Sob este enfoque, várias iniciativas emergiram para abordar o oceano de maneira mais coordenada, incluindo a Parceria Global para Oceano (en: *Global Ocean Partnership*), o Processo Regular de Avaliação Global do Oceano (en: *World Ocean Assessment*¹⁴) e a Comissão Global para o Oceano (en: *Global Ocean Commission*).

⁹ Haas, P.M. (1992). Introduction: Epistemic communities and international-policy coordination-introduction. International Organization 46(1). Special Edition. 1-35pp.

Cornell, S.; Berkhout, F.; Tuinstra, W.; Tàbara, J.D.; Jäger, J.; Chabay, I.; de Wit, B.; Langlais, R.; Mills, D.; Moll, P.; Otto, I.M.; Petersen, A.; Pohl, C.; Kerkhoff, L. van. (2013) Opening up knowledge systems for better responses to global environmental change. Environmental Science & Policy, 28: 60-70.

Creech, H.; Willard, T. (2001) Strategic intentions: Managing formal knowledge networks for sustainable development. Winnipeg: IISD. http://www.iisd.org/pdf/2001/networks_strategic_intentions.pdf

¹⁰ Plano de Ação da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Ag.21 - Rio 92).

¹¹ Plano de Implementação de Johannesburg (Congresso Mundial de Desenvolvimento Sustentável, 2002).

¹² Plano de Ação: Relatório da Conferência Global sobre Desenvolvimento Sustentável em Pequenas Ilhas e Estados em Desenvolvimento (Barbados, 1994).

¹³ Declaração de Maurício e a Estratégia de Maurício para a Continuação da Implementação do Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

¹⁴ <http://www.worldoceanassessment.org>
http://www.un.org/depts/los/global_reporting/global_reporting.htm

Embora este processo não prescreva políticas públicas, cabe aos países e a seu povo discuti-las a partir dos diagnósticos apresentados. Caberá aos países conduzir avaliações cada vez melhores, e assim torna-se importante que a melhor informação local chegue a avaliação global. Neste sentido o Painel Mar pode representar um apoio fundamental para esta iniciativa no Brasil.

A necessidade de coordenar esforços e produzir conhecimento dirigido à ação foi também reconhecida e discutida em vários outros encontros e documentos estratégicos como o “*Blueprint for Ocean and Coastal Sustainability*”¹⁵ das Nações Unidas; o documento principal da Rio+20 “*O Futuro que Queremos*”¹⁶; e aproximadamente outros 50 eventos paralelos que ocorreram no Rio de Janeiro e cobriram vários temas relevantes para a governança do Oceano. Dentre estes, devemos ressaltar a “*Conferência de Ciência e Governança para a Sustentabilidade do Oceano*”¹⁷ e o lançamento da iniciativa “*Futuro da Terra*”¹⁸ (en: *Future Earth*), um esforço integrado da comunidade científica (Conselho Internacional de Ciência – ICSU) para lidar com questões ambientais de ampla escala, entender e embasar as transformações necessárias para a sustentabilidade.

Outros eventos foram marcantes na liderança brasileira sobre a discussão do tema oceano durante a Rio+20. Primeiramente, citamos o evento auto-gestionado de formação de redes “*Ouvidoria do Mar*”¹⁹, que ocorreu no escopo da “*Cúpula dos Povos*”²⁰. Este processo reuniu mais de 70 instituições costeiras e marinhas na consideração de desafios e soluções para governança do oceano. Em segundo lugar, citamos o evento “*Abordagem de Direitos Humanos para a Pesca de Pequena Escala*”, que também ocorreu durante a Cúpula dos Povos – agregando dezenas de pescadores e pesquisadores na discussão de questões ligadas a pesca²¹. Em 2015, o papel da humanidade sobre a saúde do oceano e do planeta foi inclusive ressaltada por uma Encíclica Papal (*Laudato si*). Por fim, citamos o “*Diálogo para o Desenvolvimento Sustentável – Oceano*”, um processo inovador de consulta pública entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e a sociedade civil global, organizado por uma parceria entre governo brasileiro e ONU. Nos últimos anos, surgiram também algumas respostas executivas e legislativas que encontram-se em andamento e que irão certamente incidir sobre a governança do oceano no país – a formação do “*Instituto Nacional de Pesquisas Oceanográficas e Hidroviárias*” e a submissão de um projeto de “*Lei do Mar*” no Congresso Nacional, bem como o projeto de Lei de Iniciativa Popular, a lei pelos Territórios Pesqueiros²².

¹⁵ <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/ioc-oceans/priority-areas/rio-20-ocean/10-proposals-for-the-ocean>

¹⁶ Parágrafos: 76-79, 87, 88, 98-103, 158-177, 178-181, 184, e 185 do document estratégico das Nações Unidas “*O Futuro Que Queremos*”. Rio de Janeiro. Disponível em:

www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf

¹⁷ Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável (14 de Junho de 2012).

¹⁸ www.futureearth.info - Lançado formalmente durante o Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável.

¹⁹ www.ouvidoriadomar.tumblr.com

²⁰ <http://cupuladospovos.org.br>

²¹ Ex., “*Diretrizes Voluntárias para Pesca de Pequena Escala no Contexto da Segurança Alimentar e Erradicação da Pobreza*”. Food and Agriculture Organizations.

²² <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br>

Existe atualmente no Brasil, portanto, uma diversidade de Redes e atores que produzem conhecimento e se engajam na governança do oceano, motivados por variadas questões e agendas. Um dos desafios do PainelMar é identificar estas redes e ajudar a promover sinergias entre os que almejam a transformação rumo à sustentabilidade. Os colaboradores do PainelMar vem desenvolvendo um primeiro mapeamento destas redes em interação com o Brasil, que identificou, até o momento, 21 redes nacionais não governamentais, 15 governamentais e 10 internacionais. Entre elas, encontram-se atores de vários tipos, como: universidades e institutos de pesquisa públicos e privadas (brasileiros e internacionais), sociedades científicas, redes de cooperação científicas (e.g., INCTs) agências de fomento nacionais e internacionais, organizações não governamentais (ONGs) e redes nacionais e internacionais, coletivos e movimentos nacionais e locais, federações e colônias de pescadores, agencias governamentais (ministérios, autarquias, ministério público), entre outros.

Ainda que progressos na geração de conhecimento marinho tenham ocorrido recentemente, os desafios ainda são muito grandes para alcançar uma visão aplicada das linhas de pesquisa e a integração da ciência nas políticas públicas. Por exemplo, podemos destacar a necessidade de melhorar a governabilidade sobre o oceano a partir do planejamento espacial sistemático marinho da Zona Econômica Exclusiva²³. A comunicação fragmentada e não organizada também limita nossa capacidade de abordar a complexidade e a natureza perversa dos problemas emergentes de forma compartilhada, bem como de oferecer suporte imediato às oportunidades de transformação.

Em 2014, alguns colaboradores do PainelMar estiveram envolvidos na promoção do seminário “*Diálogo para o Futuro Oceano*”²⁴ com o objetivo de explorar como melhorar a transferência de conhecimentos entre ciências marinhas e sociedade. Após identificar os gargalos na interface ciência-políticas públicas e como aprimorar as conexões necessárias (Tabela I), os participantes identificaram a necessidade de uma nova articulação/rede/plataforma colaborativa que fortaleça a ponte entre a academia e a sociedade de modo coordenado, buscando eficiência e eficácia na comunicação.

²³ Ministério do Meio Ambiente (2014) Jornada de Gerenciamento Costeiro e Planejamento Espacial Marinho. Brasília (03 a 07 de Novembro de 2014). Relatório Síntese.

²⁴ Muller, M.N.; Gerhardinger, L.C.; de Lamboy, C.; Ummus, R. (2014). A call for a continued Future Ocean Dialogue – From Science to Society. Workshop white-paper, Oceanographic Institute – University of São Paulo (November/2014).

4 - Orquestrando a Transição para um Oceano Saudável

Identificam-se três desafios principais que devem ser considerados para a governança do oceano: (1) a interconectividade entre os sistemas marinhos; (2) o rápido aumento da incidência de pressão sobre os recursos de uso comum e; (3) a necessidade de coordenação de respostas e de sistemas de governança operando em diferentes níveis. Para promover a sensibilidade e a sinergia necessárias para enfrentar estes desafios, este documento propõe uma plataforma capaz de fornecer soluções técnicas e institucionais de maneira rápida, integrada, e transformativa.

O PainelMar poderá, assim, colaborar para o empoderamento de indivíduos e instituições como um **orquestrador intencional**²⁵ de redes e organizações voltado à sustentabilidade do oceano, contribuindo com a identificação e mobilização de atores para promover o compartilhamento de objetivos e conhecimentos marinhos em uma agenda convergente e com enfoque na sustentabilidade. Com isso, será possível oferecer a construção de estratégias e agendas de trabalho coletivas, apoio e orientação nas ações, informando sobre as condições institucionais atuais e cenários futuros.

²⁵ Abbott, K.W; Bernstein, S. (2014) The High-Level Political Forum on Sustainable Development: Orchestration by Default and Design. Global Policy. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2443973>